

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2015

Senhores acionistas,

A partir de um contexto voltado à primazia da ética, transparência e responsabilidade social, aderente aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, do parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

INSTITUIÇÃO

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como acionista majoritário o Estado do Paraná. Criada pela Lei Estadual 4.945 de 30 de outubro de 1964, e constituída por escritura pública lavrada em 5 de novembro de 1964, tem como missão **prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que permitam modernizar e melhorar o Desempenho da Gestão Estadual com a consequente oferta de serviços públicos mais eficazes aos cidadãos paranaenses**. Atua fortemente pautada nos seus valores – comprometimento, compartilhamento, respeito ao interesse público e inovação, geridos conforme seu eixo de atuação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade paranaense.

Criar valor para a sociedade, mediante a atuação de um Governo Eletrônico Sustentável diferencia a Celepar das demais empresas que atuam no mesmo segmento, a partir da:

Sustentabilidade que garante a continuidade na prestação dos seus serviços;

Segurança na manutenção e operação das bases de dados do Governo do Estado;

Integridade e integração de sistemas e informações de interesse do Governo do Estado e de cada órgão individualmente promovendo uma gestão de inteligência e alinhada;

Integração das diversas tecnologias de diferentes fornecedores, provendo a melhor solução tecnológica para a administração do Estado;

Atuação conjunta com os órgãos públicos na melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão.

Suporte no fornecimento de informações para tomada de decisões estratégicas que norteiam as políticas públicas.

1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CELEPAR EM 2015

Apresentamos algumas das principais realizações da Celepar no ano de 2015, que retratam o comprometimento com a melhoria contínua de sua gestão e dos serviços prestados ao Governo do Paraná, compreendendo suas secretarias e demais órgãos da administração estadual.

1.1 NOTA PARANÁ

Plataforma desenvolvida pela Celepar com o objetivo de diminuir a carga tributária individual, combater a sonegação fiscal e aumentar a arrecadação no Estado, além de devolver créditos de ICMS aos contribuintes e realizar sorteios com premiações em dinheiro.

1.2 DIRETORIA DE MERCADO

Pela crescente demanda administrativa e institucional foi oficializada a criação da Diretoria de Mercado como parte integrante da estrutura organizacional da empresa, para ampliar o atendimento com foco nas demandas do mercado

(Municípios/Estados/Organizações) que a Celepar cada vez mais vem percebendo e atuando.

1.3 A LOJA DA CELEPAR

Com o objetivo de oferecer ferramentas modernas voltadas à melhoria contínua da gestão pública municipal, a Celepar lançou a Loja da Celepar, portal que apresenta soluções de TIC às prefeituras paranaenses, com base em políticas públicas implantadas pelo Governo do Paraná. No decorrer de 2015, a Celepar recebeu em suas dependências mais de 70 instituições, entre municípios e governos estaduais e atualmente está em negociação com a Associação Comercial do Paraná e os Governos de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Amazonas e Roraima para possível implantação de projetos disponibilizados pela Celepar em sua loja.

1.4 CASES DE BUSINESS INTELLIGENCE E CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS (CIIE)

O ano de 2015 foi de grande avanço na implementação de novos cases de *Business Intelligence* no Paraná. O seu desenvolvimento na Celepar está a cargo do Centro Integrado de Informações Estratégicas (CIIE), área que dispõe de equipe multidisciplinar, especializada no desenvolvimento de interfaces gráficas amigáveis para diversos serviços públicos, com ferramentas de *Business Intelligence* e Geoprocessamento. No ano de 2015 foram criados mais de 110 novos cases de *BI's*, totalizando 515 cases em uso e contribuindo para uma gestão mais eficiente de seus recursos.

Alem disso, por meio do CIIE, a Celepar proporciona ao governo instrumentos estratégicos para a tomada de decisões. A partir da integração colaborativa das informações, disponibiliza subsídios estratégicos e setoriais aos gestores públicos, possibilitando o direcionamento de ações governamentais.

No ano de 2015 atingimos o número de 522 reuniões, com a participação de 6400 pessoas nas dependências do CIIE da Celepar, promovendo integração de todas as informações governamentais.

Ainda como objetivo principal o Gabinete de Gestão e Informação (GGI), instalado no Palácio Iguazu, sede do Governo do Estado, foram realizadas, até o fim de 2015, 466 reuniões com a participação de 13234 pessoas, sendo 82 delas com a presença do governador Beto Richa. Outro Gabinete de Gestão também está instalado na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral atendendo as demandas da secretaria e administração do Estado.

Importante ressaltar que o CIIE subsidiou todas as reuniões, em ambos Gabinetes de Gestão, com a plataforma de BI, aplicativos e indicadores para operação e tomada de decisões no executivo estadual.

1.5 CERTIFICAÇÃO TIER III

O Data Center Corporativo do Governo do Estado, localizado na Celepar, recebeu pelo *Uptime Institute* a certificação internacional Tier III em *constructed facility* (simultaneamente sustentável). A certificação é um processo de auditoria internacional que atesta que o projeto e as instalações atendem a padrões de disponibilidade para o ambiente, de forma a garantir, em nível de infraestrutura, os serviços prestados pelo centro de dados. A classificação Tier III, de acordo com a norma, é uma das mais completas, e restritas a poucas instituições públicas brasileiras.

1.6 CURSO DE ACESSO À INTERNET E REDES SOCIAIS AOS IDOSOS

O curso de Acesso à Internet e Redes Sociais, promovido pelo Governo do Estado que integra o programa Celepar Cidadã, ensinou a mais de 2000 participantes de 26 municípios paranaenses, uma série de informações sobre o mundo da informática e,

ao final da capacitação, saíram com endereço eletrônico (e-mail) e perfil em redes sociais.

1.7 DOCUMENTADOR

O sistema Documentador recebeu uma atualização de modernização da interface, inserção de elementos visuais ricos, ágeis, para facilitar o contato dos usuários com a ferramenta. Além disso, para garantir uma melhor experiência, a solução agrega um enorme valor à organização, uma vez que proporciona mecanismos de suporte à gestão documental de acordo com a legislação estadual vigente.

1.8 GOVERNO ELETRÔNICO EM NÚMEROS

De maneira pioneira, a Celepar desenvolveu a solução Painel do Governo Eletrônico do Paraná em Números, ferramenta que apresenta em tempo real, a partir de contadores automatizados nos mais de 900 sistemas e aplicativos que a companhia possui, a visão dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado diariamente aos cidadãos paranaenses com média diária de 1,5 milhão de serviços promovendo maior transparência na administração pública, atendendo ao Programa Estadual de Informações Integradas (PEII-PR), de acordo com a Lei Estadual 17480.

2 ÁREAS DE OPERAÇÕES

Segue abaixo uma planilha descritiva de cada órgão/secretaria e os serviços realizados pela Celepar, para cada uma delas, no ano de 2015.

Órgão:	Operações realizadas:
SEFA	Certidão de débitos na web
	Nota Paraná
	Nova versão do Receita/PR
	Sistema de Procuração Eletrônica
	Sistema de Registro de Ocorrências Eletrônico do Paraná
	Sistema de Movimentação Diária de Combustíveis

Órgão:	Operações realizadas:
IAP	Sistema Gestão Ambiental recebe ampliação e novo módulo

Órgão:	Operações realizadas:
SEED	Sistema de controle da evasão educacional

Órgão:	Operações realizadas:
SESP	Sistema de gestão de execução penal amplia funcionalidades
	Sistema BATEU recebeu novidades
	Aplicativo Investigação Móvel

Órgão:	Operações realizadas:
SEEC	Sisprofice

Órgão:	Operações realizadas:
TECPAR	Escola de Gestão Inteligente

Órgão:	Operações realizadas:
MP	Portal de Transparência dos Municípios

Órgão:	Operações realizadas:
SEJU	Procon em Números
	Formulário para reclamações sobre instituições bancárias

Órgão:	Operações realizadas:
SESA	Novo módulo do GSUS
	Sistema para ações de vigilância sanitária
	Sistema de monitoramento do repasse de recursos para a área de saúde
	Programa Estadual de Saúde do Viajante

Órgão:	Operações realizadas:
DEFESA CIVIL	Aplicativo para gestão de desastres e emergências

Órgão:	Operações realizadas:
IIPR	Emissão de atestado de antecedentes criminais pela internet

Órgão:	Operações realizadas:
ADAPAR	Solução que fiscaliza o uso de agrotóxicos no Paraná

Órgão:	Operações realizadas:
DETRAN	Sistema de vistoria eletrônica de veículos
	Detran Fácil
	Consulta consolidada de veículos
	Sistema de apoio para planejamento, gestão e distribuição eletrônica de vagas para o exame prático

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Dentro da premissa que o maior ativo da companhia são seus Recursos Humanos, a empresa acredita que as pessoas são peças fundamentais na qualidade da prestação de serviços e na geração de conhecimento, aspecto imprescindível para a evolução tecnológica. Superando os desafios do cenário econômico-financeiro, as políticas de Recursos Humanos foram mantidas primando pela razoabilidade e valorização.

Dessa forma abaixo elencamos os resultados das principais práticas de Recursos Humanos que envolvem carreira e desenvolvimento de pessoas.

3.1 MERITOCRACIA E POLÍTICA DE GESTÃO DE DESEMPENHO

Conforme previsto na política de encarreiramento e remuneração da companhia em seu PCCR – Plano de Cargos Carreiras e Remuneração e a aplicação da Política de Gestão de Desempenho, empregados tiveram seus ciclos de monitoramento concluídos resultando em **585** movimentações de carreiras, cerca de 51% do corpo funcional, o que totalizou num investimento em meritocracia e aumento real de salários na ordem de **2,9%** do total de sua folha de pagamento (base dezembro/2015).

3.2 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Seguimos firme no propósito de que o atendimento pleno da missão da companhia e sua característica de inovação e desenvolvimento tecnológico passam pelo contínuo investimento na capacitação, formação e qualidade de vida de seus empregados.

Desta forma, no ano de 2015 a Celepar manteve esforços para priorizar também alguns investimentos em capacitação, com realização de palestras e cursos na busca de desenvolvimento de competência técnicas e comportamentais, além da promoção de ações voltadas para a manutenção da qualidade de vida dos empregados. A prática do compartilhamento de conhecimento mediante a realização de treinamentos internos ministrados pelos nossos empregados também faz parte da cultura da empresa. Neste ano esta iniciativa foi fortalecida e fomentada para que obtivéssemos maiores resultados sem altas despesas, sendo responsável por cerca de 35% dos cursos realizados.

As ações voltadas ao desenvolvimento e formação resultaram em um investimento na ordem de R\$799.740,56, levando em consideração custos de inscrição, instrutoria, deslocamentos e expediente dos participantes. Foram 4.703 (quatro mil setecentos e três) participações em 204 (duzentos e quatro) cursos ofertados.

CONCLUSÃO

De forma a acompanhar as diretrizes e o cenário macroeconômico do país, o início do ano de 2015 foi marcado pelo estabelecimento de prioridades partindo para o alcance de pelo menos três desafios centrais: alcançar a estabilidade fiscal e monetária, promover o ajuste fiscal e atingir o equilíbrio das contas públicas.

Esse cenário norteou também as diretrizes do Governo Estadual no qual a companhia se insere, e um conjunto de ações voltadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro foram adotadas com a publicação em janeiro/2015 de 18 Decretos Estaduais.

A Celepar naturalmente foi envolvida neste contexto, tendo em vista o Governo do Estado do Paraná ser seu acionista majoritário e também seu principal cliente.

Os desdobramentos das ações do ajuste econômico no Estado refletiram num contingenciamento de despesas de nossos clientes (Secretarias de Estado), e por consequência acarretou em uma redução da previsão orçamentária da Celepar para o exercício de 2015.

Tal redução demandou da Diretoria Executiva da empresa esforços para a manutenção da credibilidade e cumprimento da missão institucional, priorizando o atendimento ao cidadão e, embora o impacto econômico-financeiro para a companhia tenha sido significativo, em nenhum momento houve prejuízos aos seus clientes e por extensão à sociedade paranaense, como se pode observar dentre as principais realizações corporativas no exercício.

A Celepar adotou medidas internas de gestão de seus recursos que promoveram, diante da escassez orçamentária momentânea, uma racionalização sustentável que obedeceu um plano de ações.

A partir dessas premissas, aliado aos resultados da eficácia do plano de ajuste fiscal implementado pelo Governo, foi possível o cumprimento das obrigações financeiras, trabalhistas, tributárias e com fornecedores, o que culminou ao término do exercício num resultado econômico-financeiro positivo do ponto de vista da superação de seus desafios e da promoção de suas realizações.

O foco positivo foi mantido no esforço de promover uma gestão de sustentabilidade dos princípios legais, econômicos e financeiros e de seus recursos humanos e notadamente no atendimento de seus clientes, acionistas e da sociedade paranaense.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para o atingimento dos resultados apresentados e superação dos desafios do exercício, nossos sinceros agradecimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE		155.981.368	140.857.205
Caixa e Equivalentes de Caixa	"3.4" e "4"	48.839.212	1.664.902
Contas a Receber de Clientes	"3.5" e "5"	94.283.618	126.036.115
Impostos a Recuperar	"3.11" e "6"	2.743.126	4.114.135
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados	"3.11"	51.601	5.598
Estoques	"3.6"	367.671	429.189
Outros Créditos	"3.11"	1.997.462	1.861.415
Impostos Diferidos	"3.11" e "7"	6.318.689	5.535.957
Despesas Antecipadas	"3.11"	1.379.989	1.209.894
NÃO CIRCULANTE		66.969.025	73.097.518
Realizável a Longo Prazo	"8"	9.267.913	7.133.245
Obrigações Eletrobrás	"3.11"	22.065	20.783
Depósitos Judiciais	"3.11"	9.245.848	7.112.462
Investimentos	"3.7"	452.216	447.016
Imobilizado	"3.8" e "9"	53.693.812	59.850.039
Intangível	"3.9" e "10"	3.555.084	5.667.218
TOTAL DO ATIVO		<u>222.950.393</u>	<u>213.954.723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

PASSIVO

	Notas	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE		46.294.305	45.721.935
Fornecedores	"3.12"	4.901.598	14.524.789
Obrigações Sociais e Trabalhistas	"3.14" e "11"	18.226.940	13.788.151
Obrigações Fiscais e Tributárias	"3.14" e "12"	9.053.706	4.424.739
Provisão para Demandas Judiciais	"3.13" e "13"	12.848.361	12.227.813
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	"3.14"	960.907	113.787
Outras Obrigações	"3.14"	302.793	642.656
NÃO CIRCULANTE		8.287.143	3.062.647
Depósitos em Caução	"3.14" e "16"	1.342.782	1.398.167
PDVA	"3.14" e "17"	6.944.361	1.664.480
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		168.368.945	165.170.141
Capital Social	"18.1"	100.000.000	100.000.000
Reservas de Capital	"18.2"	6.026.043	6.026.043
Reserva Legal	"18.3"	6.582.510	6.380.214
Reserva de Lucros	"18.5"	55.760.392	52.763.884
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>222.950.393</u>	<u>213.954.723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

	Notas	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA	"23"	204.057.851	194.110.135
Custo dos Serviços Prestados		(159.642.394)	(161.003.068)
LUCRO BRUTO		44.415.457	33.107.067
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(38.472.061)	(30.006.285)
Gerais e Administrativas		(33.922.923)	(22.413.128)
Despesas Financeiras	"22"	(3.458.295)	(473.537)
Receitas Financeiras	"22"	1.292.769	1.181.879
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(2.383.612)	(8.301.499)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL		5.943.396	3.100.782
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	"14"	(2.680.204)	(4.331.279)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	"7"	782.732	3.130.215
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.045.924	1.899.718
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais)		0,040	0,019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1)

	Reserva de Lucros				Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros			
Em 31 de dezembro de 2013	83.068.100	4.541.440	6.356.259	59.116.367	-	153.082.166	30.678.577
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(1.420.614)	(1.420.614)	(1.420.615)
Integralização de Capital	16.931.900	(4.333.753)	-	(12.598.147)	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos	-	-	-	5.904.302	-	5.904.302	-
Reversão de JCP para Reserva de Capital	-	5.818.356	-	-	-	5.818.356	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.899.718	1.899.718	1.899.718
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	23.955	-	(23.955)	-	-
Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	(113.787)	(113.787)	-
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	341.362	(341.362)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	100.000.000	6.026.043	6.380.214	52.763.884	-	165.170.141	479.104
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	113.787	-	113.787	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.045.924	4.045.924	4.045.924
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	202.296	-	(202.296)	-	-
Dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	(960.907)	(960.907)	-
Transferência para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	2.882.721	(2.882.721)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	100.000.000	6.026.043	6.582.510	55.760.392	-	168.368.945	4.045.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO – MÉTODO INDIRETO
(Em Reais)**

	2015	2014
Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	4.045.924	1.899.718
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.420.615)
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	8.617.905	8.265.076
Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 9.b)	121.825	91.008
Provisão de Impostos Diferidos	(782.732)	(3.130.215)
(Reversão) Constituição de Provisões para PDVA	5.279.881	1.664.480
(Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais	620.548	6.466.401
	17.903.351	13.835.853
(Aumento)Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	31.752.497	(10.114.474)
Impostos a Recuperar	1.371.009	(2.384.933)
Estoques	61.518	184.153
Despesas Antecipadas	(170.095)	(1.072.315)
Depósitos Judiciais	(2.133.386)	(4.174.706)
Outros Ativos	(183.332)	(950.986)
	30.698.211	(18.513.261)
Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Fornecedores	(9.623.191)	2.465.929
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.438.789	1.470.703
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.628.967	(1.014.990)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	847.120	(11.608.871)
Outras Obrigações	(339.863)	(116.189)
Depósitos em Caução	(55.385)	283.987
	(103.563)	(8.519.431)
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	48.497.999	(13.196.839)
Atividades de Investimentos		
Aplicação em Investimentos	(5.200)	(23.601)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(109.026)	(4.320.670)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	(362.343)	(1.642.493)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(476.569)	(5.986.764)
Atividades de Financiamentos		
Reversão de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	113.787	11.722.658
Juros sobre o Capital Próprio (nota 15)	-	-
Dividendos Propostos (nota 18.4)	(960.907)	(113.787)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(847.120)	11.608.871
Redução (Aumento) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.174.310	(7.574.732)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.664.902	9.239.634
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	48.839.212	1.664.902
	47.174.310	(7.574.732)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores em R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Casa Civil, tem como objeto a prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação e de gestão, serviços de rede e de comunicação de dados, administração de ambientes informatizados, operação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas e recursos computacionais. Tais serviços são prestados, preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas, em Reais (R\$ 1), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pelos órgãos reguladores e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais (R\$ 1).

2.1 Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas demonstrações contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2015, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião , realizada em 26 de fevereiro de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado,

provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (nota 13)

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece no caixa, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado”.

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na análise dos créditos a receber e seu comportamento histórico no que tange à inadimplência, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber de clientes vencidas.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Apresentado em detalhes na nota explicativa “9”, está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens; ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

A Administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do CPC 27, quanto às taxas de depreciação utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os exercícios.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ (despesas) operacionais no resultado.

O valor contábil líquido do ativo imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.9 Intangível

Itens do ativo intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A Administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do CPC 04, quanto às taxas de amortização utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Intangível.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os exercícios.

O valor contábil líquido do ativo intangível é avaliado segundo os preceitos dos CPC 04 – Ativo Intangível e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos

A administração pretende revisar quando necessário o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11 Outros Ativos Circulantes e não Circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como não-circulantes quando são de característica permanente ou quando é provável que sua realização se dará em prazo superior a doze meses.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação econômica e, subseqüentemente vão sofrendo amortização parcial ou total de acordo com a realização dos pagamentos.

3.13 Provisão para Demandas Judiciais

A Companhia adota os conceitos estabelecidos no CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e ativas na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (nota 13)

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:

Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações financeiras; para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do encerramento do exercício.

3.15 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto Sobre Serviços (“ISS”), Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) às alíquotas vigentes na região de atuação da Companhia, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de vendas para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS, Cofins são deduzidos do custo dos produtos vendidos na Demonstração de Resultado do Exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados de acordo com regime de tributação do lucro real e classificados em corrente ou diferido, conforme segue:

Corrente – O Imposto de Renda e a Contribuição Social no Brasil, quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de (i) 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000) para o Imposto de Renda, e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

Diferido – O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e base negativa, bem como com base nas diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, somente na data de sua realização financeira.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são constituídos em conformidade com o CPC 32 – tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

3.16 Lucro por Ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/quantidade de ações em circulação”.

3.17 Distribuição de Lucros e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, e seu cálculo ocorre quando determinado pela Diretoria com base em lucros de monta expressiva.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recurso em Bancos - conta corrente	116.000	255.684
Aplicações Financeiras	48.723.212	1.409.218
	48.839.212	1.664.902

As aplicações financeiras estão compostas por fundos de renda fixa de curto prazo –no Banco do Brasil, Banco Itaú e Caixa Econômica Federal.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os créditos estão representados, substancialmente, por operações com órgãos do governo Municipal e Estadual.

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Varição</u>
Cientes a Receber	94.283.618	126.036.115	(31.752.497)
TOTAL	94.283.618	126.036.115	(31.752.497)

Em 2015, os Clientes a Receber totalizaram R\$ 94.790.781 porém foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 507.163 com base nos valores em aberto há mais de cinco anos, exceto valores objeto de cobrança em processo judicial em fase de liquidação.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativos aos recolhimentos em regime de estimativa, de acordo com os dispositivos legais.

As retenções das contribuições 4,65% (Pis, Cofins e CSLL) estão registradas em contas individualizadas. O Pis e o Cofins são compensados mensalmente e a CSLL é compensada nos meses em que a Companhia apresenta lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04).

<u>Impostos a recuperar</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição Social Retida	217.339	305.343
IRPJ a Compensar	787.842	1.422.124
CSLL a Compensar	553.024	498.180
Cofins	694.044	960.609
PIS	148.734	206.349
Outros Impostos a Recuperar	342.143	721.530
Total	2.743.126	4.114.135

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2015:

Descrição	Movimentação		
	2015	do Período	2014
Provisão Trabalhistas	3.520.973	(309.073)	3.830.046
Provisão p/ PDVA - Benefício Mensal	1.197.396	340.497	856.899
Provisão Tributárias	39.823	(18.647)	58.470
Provisão p/ Outras Ações	807.646	538.705	268.941
Provisão Crédito de Liquidação Duvidosa	752.850	231.249	521.601
Total	6.318.689	782.732	5.535.957

8. REALIZÁVEL Á LONGO PRAZO

Descrição	2014	2013
Títulos de Crédito		
Obrigações da Eletrobrás	20.783	19.576
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	6.482.595	2.307.888
Judiciais Diversos	629.867	629.868
Total	7.133.245	2.957.332

9. IMOBILIZADO

a) Composição

	%	2015		2014	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	286.465	-	286.465	286.465
Edificações	4	32.431.260	(4.702.982)	27.728.278	29.047.885
Instalações	10	11.221.778	(2.428.591)	8.793.187	9.818.957
Equipamentos	10 e 20	54.903.580	(41.145.531)	13.758.049	17.015.625
Móveis e Utensílios	10	6.595.490	(3.467.657)	3.127.833	3.681.107
		105.438.573	(51.744.761)	53.693.812	59.850.039

(*) Taxas anuais de depreciação.

b) Movimentação

	2014	2015				Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixa	Transferencias	
Terrenos	286.465	-	-	-	-	286.465
Edificações	29.047.885	-	(1.319.607)	-	-	27.728.278
Instalações	9.818.957	72.876	(1.092.646)	-	(6.000)	8.793.187
Equipamentos	17.015.625	29.569	(3.186.925)	(106.220)	6.000	13.758.049
Móveis e Utensílios	3.681.107	6.581	(544.250)	(15.605)	-	3.127.833
	59.850.039	109.026	(6.143.428)	(121.825)	-	53.693.812

10. INTANGÍVEL

a) Composição

	%	(*)	2015		2014
			Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Sistemas de Suporte	20,25,33	ou 50	29.600.831	(26.058.829)	3.542.002
Outros Intangíveis			13.082	-	13.082
			29.613.913	(26.058.829)	3.555.084

(*) - Taxas anuais de amortização.

b) Movimentação

	2014	2015				Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Transf.	
Sistemas de Suporte	5.654.136	362.343	(2.474.477)	-	-	3.542.002
Outros Intangíveis	13.082	-	-	-	-	13.082
	5.667.218	362.343	(2.474.477)	-	-	3.555.084

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2015	2014
Provisão de Férias e Encargos	11.255.220	10.929.241
Previdência Social	1.191.709	1.185.913
Fundo de Garantia por Tempo Serviço	831.736	792.205
Outras Obrigações	4.947.950	880.792
	18.226.615	13.788.151

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cofins a Recolher	2.132.173	1.432.096
ISS a Recolher	2.469.167	835.041
IRRF a Pagar	1.531.842	1.445.873
Previdencia Social sobre a Receita a Pagar	2.166.440	305.108
IRPJ a Recolher	-	-
CSLL a Recolher	-	-
Outras Obrigações Tributárias a Recolher	754.083	406.621
	9.053.705	4.424.739

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

<u>Contingências</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras Ações</u>	<u>TOTAL</u>
SALDO EXERCÍCIO 2014	11.264.840	171.970	791.003	12.227.813
Reversão das Provisões	(11.264.840)	(171.970)	(791.003)	(12.227.813)
Nova Provisão 2015	10.355.803	117.127	2.375.431	12.848.361
SALDO EXERCÍCIO 2015	10.355.803	117.127	2.375.431	12.848.361

13.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificada de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, com base no valor de alçada constante nos relatórios dos advogados da companhia, estando assim distribuídos:

- Provável - R\$ 10.355.803 (R\$ 11.264.840 em 2014);
- Possível - R\$ 3.998.500 (R\$ 3.915.500 em 2014);
- Remota - R\$ 263.000 (R\$ 368.000 em 2014).

13.2 Processos Tributários

A provisão para contingência tributária refere-se ao processo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E., sendo R\$ 61.901 (sessenta e um mil, novecentos e um reais) de valor original depositado em 2005 mais multas, juros e atualizações provenientes do andamento do processo totalizando ao final do exercício 2015 o valor de R\$ 117.127.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Foi considerada também a probabilidade de perda para outras ações, referente a ações cíveis no valor de R\$ 2.375.430,59, para qual já há garantia depositada de R\$ 622.686 que atualizada pelo IPCA de dezembro de 2015 perfaz R\$ 875.431. Existem contra a Companhia outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em um montante de R\$ 58.561, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Também há ações cíveis movidas pela Celepar contra terceiros que perfazem um total de R\$ 266.731 sem necessidade de qualquer tratamento contábil por também terem sido avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2015, com base no lucro real, os montantes de R\$ 1.931.907 (R\$ 3.170.393 em 2014) de provisão líquida para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 748.297 (R\$ 1.160.886 em 2014) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 2.680.204 (R\$ 4.331.279 em 2013) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício de 2015:

Descrição	CSSL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	6.726.127	5.977.830
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	748.297
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	33.747.720	33.747.720
(-) Exclusões	32.159.433	32.175.585
(=) Base de Incidência da CSLL e IRPJ antes dos incentivos fiscais	8.314.413	8.298.262
(-) Incentivos fiscais	-	118.659
Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício	748.297	1.931.907

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A empresa optou no exercício de 2015 pela não constituição de juros sobre o capital próprio (JCP) aos acionistas.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe cauções como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato.

Descrição	2015	2014	Varição
Caução	1.342.782	1.398.167	(55.385)
TOTAL	1.342.782	1.398.167	(55.385)

17. PDVA

Por meio da RDE 010/2014 a Companhia instituiu no ano de 2014 um Plano de Demissão Voluntária para Aposentados, com possibilidade de desligamento da Companhia dos optantes entre os meses de outubro de 2014 e abril de 2015, sendo que a Ata da 4ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva ocorrida em 30 de março de 2015 estendeu o prazo da saída de alguns optantes pelo programa para 2016. O valor total do benefício de cada optante pelo plano será pago em 36 parcelas mensais, corrigidas anualmente pelo mesmo índice da correção salarial aplicado aos salários da categoria. Os valores anteriormente provisionados para os empregados desligados em 2014 e 2015 foi reconhecido integralmente como despesa no exercício 2015 haja vista tratar-se de

obrigação de exigibilidade certa. Foi constituída nova provisão no total de R\$ 3.521.752 referente aos optantes pelo programa cujo prazo de desligamento foi estendido para 2016.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) é representado por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

18.2 Reservas de Capital

As Reservas de Capital são constituídas de Subvenções para Incentivos Fiscais com saldo de R\$ 207.687 remanescente de exercícios anteriores e Reserva para Aumento de Capital que foi constituída em 2014 pela reversão de remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 5.818.356 (cinco milhões oitocentos e dezoito mil trezentos e cinquenta e seis reais), conforme determinação constante na 63^a Assembléia Geral Extraordinária(AGE), visando futuro aumento de capital social.

18.3 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

18.4 Dividendos

De acordo com o art. 46 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2015, conforme determinação constante na 52^a Assembléia Geral Ordinária (AGO) foi efetuada a reversão dos dividendos no valor de R\$ 113.787, passando o valor a integrar a Reserva Especial de Lucros.

Os dividendos, registrados no passivo, foram calculados como segue:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	4.045.924	1.899.718
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.420.614)
= Base de Cálculo	4.045.924	479.104
Reserva Legal (5%)	202.296	23.955
Dividendos (25%)	960.907	113.787

18.5 Reserva de Lucros

No exercício 2015 foi destinado à Reserva Especial de Lucros o valor de R\$ 2.882.721, passando o saldo da mesma que era de R\$ 52.763.884 em 2014 para R\$ 55.760.392 que se destina à futura utilização conforme legislação vigente.

19. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar denominada Previcel – Previdência Privada da Celepar. Tal entidade não possui fins lucrativos e foi constituída através da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996, com a finalidade de garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

20.1 Benefícios a empregados

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os empregados, tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral e Auxílio

Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

20.2 Benefícios a aposentados

A empresa concede assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo sendo que a permanência no plano implica no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabe ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas. O valor gasto pela empresa com tal benefício não é provisionado dado que trata-se estritamente de plano na modalidade pós-pago, onde cabe à empresa pagar à operadora de saúde o valor dos procedimentos efetivamente realizados em cada mês. Tais valores são extremamente variáveis pois estão atrelados às enfermidades e tratamentos realizados pelos usuários, fatos esses de efetiva imprevisibilidade.

21. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Intangível.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Do montante de Receitas Financeiras, R\$ 604.939 se referem aos juros sobre aplicações financeiras (nota 4). A Companhia encerrou o exercício 2015 com Despesas Financeiras de R\$ 3.458.295 (R\$ 473.537 em 2014) apresentando expressivo aumento em relação ao exercício anterior, sendo que as multas e juros decorrentes de atraso nas suas obrigações, especialmente com tributos recolhidos em atraso, representam a maior parte desse montante. Tal fato foi ocasionado por falta de encaixe financeiro.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na CPC 30 item 8B apresenta-se o detalhamento da Receita Bruta Tributável

	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	241.729.399	232.656.651
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(37.671.548)	(38.546.516)
Impostos s/Serviços	(11.831.122)	(11.234.677)
PIS não Cumulativo	(3.066.073)	(2.998.657)
Cofins Não Cumulativo	(14.122.570)	(13.812.056)
Cofins Cumulativo	(1.676.395)	(1.403.134)
PIS Cumulativo	(363.214)	(304.008)
Imposto Sobre Serviços - Call Center	(101.573)	(76.233)
Contribuições Previdencias	(6.481.963)	(4.570.182)
Descontos Incondicionais	(28.638)	(4.147.570)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	204.057.851	194.110.135

Jacson Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Eli Margarete Winter
Contadora
CRC PR-062.044/O-1

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia e o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram aprovados por unanimidade na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Francisco Sciarra
Conselheiro

Silvio Magalhães Barros II
Conselheiro

Jacson Carvalho Leite
Conselheiro

Mauro Ricardo Machado Costa
Conselheiro

Vanderlei Roberto Rebelo
Conselheiro

Ricardo Adriano Serfas
Conselheiro

Paloma Giovana Grosko
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Jacson Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Fernando Ballin Ortolani
Diretor de Operações

José Juracy Macedo
Diretor de Desenvolvimento

Danilo Scalet
Diretor de Tecnologia da Informação

Luiz Carlos Nunes
Diretor Jurídico

Nelson Garcia
Diretor de Mercado

Eli Margarete Winter

Contadora
CRC PR-062.044/O-1

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR
CURITIBA – PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a CELEPAR é detentora de créditos representados, substancialmente, por operações com órgãos dos Governos Estadual e Municipal. Da totalidade destes créditos, o montante de R\$ 39.601 mil encontra-se vencido há mais de 1 (um) ano e não contém provisões. A realização destes créditos está condicionada ao sucesso das ações de cobrança. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2016.



UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S PR
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S PR
CNAI Nº 43
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2015, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciação dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas as Demonstrações Contábeis e, considerando o Parecer dos Auditores Independentes, emitido em 26 de fevereiro de 2016, é de parecer que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 28 de março de 2016.



MARCOS ELIAS TRAAD DA SILVA
Conselheiro



GUSTAVO SWAIN KFOURI
Conselheiro



ARDISSON NAIM AKEL
Conselheiro